



DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLII — Nº 4

QUINTA-FEIRA, 12 DE MARÇO DE 1987

BRASÍLIA-DF

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Humberto Lucena, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N° 2, DE 1987

Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar, temporariamente, em Cz\$ 898.544.169,60 (oitocentos e noventa e oito milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, cento e sessenta e nove cruzados e sessenta centavos), o montante de sua dívida consolidada.

Art. 1º É o Governo do Estado do Rio de Janeiro autorizado a elevar temporariamente, o parâmetro do inciso III do artigo 2º da Resolução nº 62, de 28 de outubro de 1975, modificada pelas nºs 93, de 11 de outubro de 1976 e 64, de 21 de julho de 1985, todas do Senado Federal, de modo a permitir o registro de uma emissão de Obrigações do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, equivalente a Cz\$ 898.544.169,60 (oitocentos e noventa e oito milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, cento e sessenta e nove cruzados e sessenta centavos), destinados ao giro de sua dívida consolidada interna, intralimite mobiliário, vencível no exercício de 1987, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de março de 1987. — **Humberto Lucena**, Presidente.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 3ª SESSÃO, EM 11 DE MARÇO DE 1987

1.1 — ABERTURA 1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Aviso do Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República

Nº 19/87, encaminhando esclarecimentos do Governo do Distrito Federal sobre quesitos constantes do Requerimento nº 74/86, do Senador Nelson Carneiro, referente a Iteamentos clandestinos do Distrito Federal.

1.2.2 — Comunicação

Referente à indicação do Sr. Carlos Chiarelli como Líder do PFL.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR JOSÉ FOGAÇA — O Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte

SENADOR JAMIL HADDAD — Reportagem publicada no jornal **Correio Braziliense**, a respeito da Assembléia Nacional Constituinte

SENADOR CID SABÓIA DE CARVALHO — A aprovação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte

SENADOR MAURO BENEVIDES — Posicionamento da **CONTAG** em relação à Assembléia Nacional Constituinte

SENADOR RAIMUNDO LIRA — Concorda com o Senador José Fogaça, quanto ao regimento da Assembléia Nacional Constituinte — a situação econômica do País.

SENADOR RONAN TITO — Documento encaminhado ao Sr. Presidente da República, solicitando autorização para que o Banco do Brasil recomponha os salários de seus funcionários nos níveis de 1983.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Considerações sobre o Projeto de Resolução nº 2, de 1987, que estabelece normas de elaboração legislativa do Senado, durante o período

PASSOS PÓRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
LOUZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Administrativo
JOSECLER GOMES MOREIRA
Diretor Industrial
LINDOMAR PEREIRA DA SILVA
Diretor Adjunto

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral	Cz\$ 264,00
Despesa c/ postagem	Cz\$ 66,00
(Via Terrestre)	
TOTAL	330,00
Exemplar Avulso	Cz\$ 2,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte

SENADOR CARLOS CHIARELLI, como Líder — Em nome da bancada do PFL, manifesta apreço ao relator do Regimento Interno da Constituinte, Senador Fernando Henrique Cardoso

SENADOR MAURÍCIO CORRÊA, como Líder — A conduta do Senador Fernando Henrique Cardoso como relator do Regimento Interno da Constituinte

SENADOR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, como Líder — Agradece as manifestações de apoio das Lideranças do PFL e PDT, sobre seu trabalho como relator do Regimento Interno da Constituinte

1.2.4 — Requerimentos

— Nº 8/87, do Senador Affonso Camargo, solicitando a convocação de S. Ex o Sr. Ministro Dilson Funaro, a fim de que, perante o Plenário, preste informações sobre os motivos do insucesso do Plano Cruzado; e a influência da dívida interna no atual nível dos juros do mercado financeiro.

— Nº 9/87, do Senador Nelson Carneiro e outros Srs. Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores do Expediente de sessão a ser oportunamente marcada pela Presidência, seja dedicado a homenagear o eminentíssimo homem público Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, ao ensejo do 90º aniversário, tal como o Senado já realizou quando outros insignes brasileiros atingiram aquela idade.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 16/84 (nº 58/84, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da convenção nº 87 relativa à liberdade sindical e à proteção do direito sindical, adotado em São Francisco em 1948, por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho. **Discussão adiada** a pedido do Relator.

— Mensagem nº 556/86, relativa à proposta para que seja autorizado o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar, temporariamente, o limite de seu endividamento, fixado pela Resolução nº 62, a fim de que possa emitir e colocar títulos destinados ao giro de sua dívida consolidada interna intralímite mobiliário, vencível no exercício de 1987, no valor de Cr\$ 898.544.169,60. **Aprovada** nos termos do Projeto de Resolução nº 3/87

— Redação final do Projeto de Resolução nº 3/87, apreciado anteriormente. **Aprovada**. À promulgação.

— Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 509/86 (nº 727/86, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Amaury Banhos Portó de Oliveira, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Cingapura. **Apreciado em sessão secreta**.

— Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 510/86 (nº 729/86, na origem), pela qual o Senhor Pres-

dente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Ronald Leslie Moraes Small, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Irã. **Apreciado em sessão secreta**.

— Mensagem nº 43/87 (nº 40/87, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do nome do Almirante-de-Esquadra Luiz Leal Ferreira, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, em vaga reservada aos Oficiais-Generais da ativa da Marinha, aberta em decorrência de aposentadoria do Ministro Almirante-de-Esquadra Júlio de Sá Bierenbach. **Apreciada em sessão secreta**.

1.3.1 — Matéria apreciada após a Ordem do Dia

Requerimento nº 8/87, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado**.

1.3.2 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR NELSON WEDEKIN — Homenagem póstuma ao jornalista Bento Silvério.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Congratula-se com o Ministro Aureliano Chaves, pela assinatura do contrato para a construção da Usina Hidrelétrica do Xingó.

1.3.3 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — MESA DIRETORA

3 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

Ata da 3ª Sessão, em 11 de março de 1987

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

Presidência do Sr. Humberto Lucena

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

— Mário Maia — Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Perez — Carlos De'Carli — Fábio

Lucena — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — Olavo Pires — Hélio Gueiros — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — João Castelo — Alexandre Costa — Edison Lobão — João Lobo — Chagas Rodrigues — Hugo Napoleão — Virgílio Távora

— Cid Sabóia Carvalho — Mauro Benevides — Carlos Alberto — José Agripino — Lemos Maia — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Nivaldo Machado — Antonio Farias — Mansueto de Lavor — Guilherme Palmeira — Divaldo Surugay —

Teotônio Vilela Filho — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Luiz Viana — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — José Ignácio Ferreira — Gerson Camata — João Calmon — Jamil Hadad — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Ronan Tito — Severo Gómez — Fernando Henrique Cardoso — Mário Covas — Mauro Borges — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Pompeu de Souza — Maurício Corrêa — Meira Filho — Lourenço Nunes Rocha — Márcio Lacerda — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Álvaro Dias — Affonso Camargo — José Richa — Ivan Bonato — Nelson Wedekin — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol — José Fogaça

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — A lista de presença acusa o comparecimento de 65 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte
Expediente

AVISO DO MINISTRO CHEFÉ DO GABINETE CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Nº 19/87, de 22 de janeiro do corrente, encaminhando esclarecimento de Governo do Distrito Federal, sobre quesitos constantes do Requerimento nº 74, de 1986, de autoria do Senador Nelson Carneiro, formulado com a finalidade de obter informações sobre lotamento clandestino identificados no Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte
Brasília, 9 de março de 1987.

Senhor Presidente,

Os Senadores abaixo-assinados, têm a satisfação de comunicar a V. Ex., a indicação do Sr. Senador Carlos Chiarelli, por unanimidade, como Líder do Partido da Frente Liberal, para um novo período que se inicia com a presente Sessão Legislativa deste Senado Federal.

Atenciosamente Saudações, Nivaldo Machado — Edison Lobão — Lourival Baptista — José Agripino — Alexandre Costa — Guilherme Palmeira — Hugo Napoleão — Ivan Bonato — João Lobo — Divaldo Suruagy.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — A comunicação lida vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB — RS) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Ontem registramos, no plenário da Assembléia Nacional Constituinte, um dos mais belos momentos da História deste País.

Produzimos, sem dúvida alguma, Srs. Senadores, um documento belíssimo. Não tenho qualquer dúvida em afirmar que o Regimento Interno, que aprovamos ontem, constitui-se no mais democrático, no mais avançado Regimento Interno já elaborado, já proposto e já utilizado numa Assembléia Nacional Constituinte em toda a História

do Brasil. Notáveis avanços e notáveis conquistas democráticas ali foram produzidas.

Tivemos, é verdade, alguns momentos anteriores que registraram certos níveis de perplexidade e indefinição, vivemos alguns momentos de incerteza, mas o bom senso, o debate, o diálogo, nos conduziu à construção democrática deste conjunto de regras que abre a perspectiva extraordinária para a Assembléia Nacional Constituinte, no sentido de que venhamos a ter uma Constituição essencialmente democrática e progressista, de acordo com as aspirações mais legítimas do povo brasileiro.

Pergunto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, qual a experiência histórica anterior que registrou uma sistematica tão aberta, tão democrática, tão abrangente como esta que possibilita o Regimento Interno que acabamos de aprovar? A nova Constituição não será o produto acabado, não será a obra pronta de uma comissão submetida à maioria. A nova Constituição será produto, isto sim, de uma extraordinária construção de todos os Constituintes. O Regimento Interno que ontem aprovamos possibilita que a nova Constituição seja uma verdadeira obra coletiva.

Ao organizar 24 subcomissões, os trabalhos iniciais, as propostas e os textos preliminares que darão corpo ao projeto de Constituição, o Regimento Interno transforma o trabalho constitucional num trabalho essencial e visceralmente democrático. Ninguém que viesse a esta Assembléia Nacional Constituinte com um documento acabado, pronto para ser despejado sobre a cabeça dos Constituintes, seria bem-sucedido num processo quase que microfísico, num processo tão aberto e tão abrangente como aquele que acabamos de aprovar no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Pergunto, Srs. Senadores, em que Regimento Interno da história das Assembléias Constituintes deste País se efetuou a possibilidade da participação popular nas dimensões em que conquistamos no Regimento Interno da Constituinte de 1987? Trinta mil cidadãos brasileiros, cadastrados na Justiça Eleitoral, de posse de seus direitos políticos, podem apresentar emendas ao projeto de Constituição e defendê-las nas respectivas comissões. Este é um avanço, uma conquista extraordinária que não tem precedente na História deste País.

Pergunto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, quando tivemos neste País a possibilidade de o texto constitucional, parcial ou globalmente, ser submetido a uma ampla consulta popular, a um referendo ou a um plebiscito, conforme prevê o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte de 1987?

Quero registrar que esses avanços não foram obra do acaso e não vieram ao sabor dos ventos ou das tempestades; foram produto de uma engenhosa, mas acima de tudo, séria e responsável diligência política. E não posso deixar de registrar, não posso deixar de marcar aqui a forma democrática, a forma até elegante mas, sobretudo, essencialmente democrática com que o Relator do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte conduziu esse processo. Esgotamos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, esgotamos até às últimas consequências as possibilidades de dissecação, de discussão de todos os termos do Regimento Interno. O Regimento Interno recebeu as emendas iniciais que foram da ordem de quase um milhar; 994 emendas iniciais, se não me falham os números, foi o que registramos na primeira instância.

Mas, ainda não satisfeita a plenária da Assembléia Nacional Constituinte, o Projeto de Regimen-

to foi reaberto para a recepção de novas emendas que adveriam em número que bate quase a 700, que foram oferecidas nessa segunda oportunidade.

Valeu a pena, Sr. Presidente e Srs. Senadores, as noites indormidas, o sacrifício, a disposição incansável para produzir uma obra coletiva e democrática que finalmente obtivemos depois de tantas, tão prolongadas, mas tão necessárias, discussões políticas.

Não se pode deixar de registrar o fato de que é conquista deste Regimento Interno o funcionamento do Congresso Nacional através da Câmara e do Senado.

Num momento dramático em que vive o País, não podemos abrir mão da tarefa que nos é cometida também. Não podemos abrir mão do papel que nos é delegado, também, pelo povo brasileiro, de assumirmos a responsabilidade da crise em que vive o País; uma crise econômica de dimensões ainda não bem avaliadas, mas que está a exigir dos Parlamentares brasileiros uma atuação consciente, atualizados com os fatos, a cobrar mediadas do Governo e a apoiar essas medidas para que elas produzam resultados efetivos nos interesses maiores da população deste País.

Não permitir o funcionamento da Câmara e do Senado seria levar para o bojo da Constituinte discussões circunstanciais e episódicas em torno de questões de Oposição e de Governo, e isto atentaria contra a soberania efetiva, verdadeira e legítima da Constituinte; isto reduziria os espaços próprios e adequados para discussão essencial do tema, do objeto da Constituinte, que é escrever o texto da Constituição. Além disso, o fato de garantirmos o funcionamento da Câmara e do Senado também significa a garantia ao povo brasileiro de que o Presidente da República não estará dotado de poderes ditatoriais e autoritários para governar pelo instituto do decreto-lei. Significa, Sr. Presidente, Srs. Senadores, também algo que não foi dito nesta Casa ainda, mas que precisa ser insistente e repetido, já que apenas em entrevista à Imprensa pude fazer esta declaração: O fato de garantirmos o funcionamento da Câmara e do Senado, ainda que reduzindo notoriamente as suas atividades, significa não só a certeza de que o Presidente da República não vai gerir o País por instrumentos autoritários; significa não só a certeza de que aqui se terá um espaço próprio para a discussão dos temas cunjunturais; significa não só a certeza de que está garantido o espaço próprio da Assembléia Nacional Constituinte e a sua soberania, mas o funcionamento da Câmara e do Senado significa, a garantia, sem dúvida, a garantia suprema do processo democrático, que é o funcionamento efetivo da Oposição ao Governo.

Ao garantirmos funcionamento da Câmara e do Senado estamos garantindo também o espaço das oposições, sem o que não haveria processo democrático neste País.

Pergunto, Srs. Senadores, em que espaço político, em que espaço parlamentar iriam os homens da Oposição colocar o seu discurso crítico e necessariamente crítico aos atos de Governo? Na Constituinte? Ora, se a Oposição exercesse o seu direito legítimo de Oposição no interior da Constituinte estaria atentando contra a soberania da Assembléia Nacional Constituinte, estaria sujando o processo constitucional, estaria, inclusive, fazendo com que o processo Constituinte ficasse minado, entorpecido por interesses conjunturais, episódicos e passageiros. O fato de garantirmos o funcionamento da Câmara e do Senado significa acima de tudo que estamos garantindo a pleni-

tude do exercício do direito legítimo de fazer oposição ao Governo que nós representamos.

É por isso, Srs. Senadores, que, no momento em que aprovamos o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, não posso deixar de registrar o que acabamos de escutá-lo. Por uma obra de engenharia e de talento político acabamos de escutá-lo um dos mais belos documentos da História deste País, que assegura que a nova Constituição será obra coletiva, assegura que a democracia não será arranhada, assegura a soberania da Constituinte, sim. E o art. 57, no § 7º seu mesmo com a emenda que lhe foi apostado pelo nobre Deputado Maurílio Ferreira Lima e ontem aprovada por quase quatrocentos votos, essa emenda e o art. 57 garantem, sim, a soberania da Assembléia Nacional Constituinte, o direito, a força e o poder para utilizar dos instrumentos que lhe são próprios em desfavor do seu espaço de liberdade, das suas garantias e das suas prerrogativas.

Aqueles que acusam o PMDB de não ter assumido inteiramente a defesa da soberania, eu pondero: ontem, quando se aprovava o Regimento Interno, já à uma hora da madrugada — é verdade que não havia um número de parlamentares tão significativamente em plenário, talvez não fôssemos mais do que cem ou talvez chegassemos a duzentos; é difícil fazer uma avaliação — não vi, Sr. Presidente, Srs. Senadores, nenhum membro dos Partidos que trataram de repudiar nos seus pronunciamentos o Regimento Interno que então aprovávamos, pedir verificação de *quorum*. Não vi a ousadia de tentarem, naquele momento impedir, pela obstrução regimental, a aprovação do Regimento Interno da Constituinte. Isso só aconteceu porque o PT, o PDT e o PC do B têm perfeita consciência. Já que são Partidos compostos por homens íntegros e com imensa consciência de brasiliidade, o PT, o PDT e o PC do B, perceberam claramente que este Regimento Interno tem conquistas notáveis e avanços irrecusáveis que precisavam ser garantidos. Por isso não pediram a verificação. Sabiam perfeitamente, apesar de que alguns fizeram o discurso da crítica, muito mais um discurso para a sua platéia específica do que para a História, mas saibam essencialmente que aquele documento que estava sendo produzido era o que de mais avançado e de mais democrático poderia ser produzido no contexto dos interesses que se permitem na Assembléia Nacional Constituinte eleita pelo povo brasileiro.

Queremos registrar o trabalho magnífico feito pelo Relator, Senador Fernando Henrique Cardoso, que honra esta Casa, pela sua disposição incansável para o debate, para a reabertura permanente do diálogo, para o acordo, para a negociação em alto nível, resguardando sempre os interesses maiores do povo brasileiro.

Aqueles que acusam, àqueles que registraram discursos de descontentamento e de insatisfação para suas platéias específicas, queremos dizer que o PMDB é o Partido do possível, do necessário e do ideal. Há aqueles que defendem intransigentemente o ideal, e se o ideal não pode ser atingido desistem e ficam com o que é ruim; há aqueles que fazem apenas o que é possível e nada mais. O PMDB trata de garantir o que é possível, fazer o necessário, sem abrir mão jamais da luta permanente pelo ideal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jamil Haddad.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Hoje, ao ler o *Correio Braziliense*, deparo com uma foto, na qual eu me encontrava com o Líder do PDT, Brandão Monteiro e o Líder do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, e os dizeres de que a esquerda havia sido derrotada na votação do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, ouvi, atento, o brilhante discurso do Senador José Fogaça, no qual S. Ex^a defende o posicionamento do seu Partido, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Acho que ontem não tivemos vencidos nem vencedores. Aprovamos o Regimento que tem avanços, sim, não se pode negar, avanços muito claros, pois não será um Regimento elaborado por uma comissão de notáveis, mas, sim, com a participação de todos os Constituintes, eleitos para a Assembléia Constituinte. Há também o avanço da participação popular.

Conversei, pessoalmente, com o Líder do PMDB nesta Casa, o ilustre Relator do anteprojeto do Regimento, que acho apenas um pouco difícil que, na prática, possa-se concretizar esta participação, já que há necessidade de 30 mil assinaturas, assinaturas comprovadas em cartório para que possam ser apresentados projetos à Constituinte. Sabemos das dificuldades para conseguirmos essas 30 mil assinaturas. Mas não há dúvida que com o esforço e o apoio de várias entidades da sociedade civil — para isso não temos dúvida que contaremos com a CNBB, com a OAB, com as associações de moradores, com os sindicatos, enfim, com vários organismos da sociedade civil — haverá possibilidade da interferência popular pela primeira vez na história do nosso País, na elaboração da Carta Magna brasileira.

Sr. Presidente, o que chamam de derrota das esquerdas? Queríamos, na realidade, uma soberania mais ampla, porque pela redação da emenda do ilustre Constituinte Maurílio Ferreira Lima, que foi modificada em relação à sua proposta original, ali, Sr. Presidente e nobres Senadores, não há condição de ser revogado no curso de discussão da Constituição a Lei de Segurança Nacional e vários organismos do chamado entulho autoritário.

Sr. Presidente, quando se fala que poderemos sobrestar qualquer ação que atente contra a soberania da Assembléia Nacional Constituinte, pergunto eu: se houver um movimento dentro da legislação da Constituição atual, de cerceamento das liberdades do funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, nós pediremos às autoridades que assim procederem para que não tomem as providências imediatamente, que aguardem um pouco, que votaremos uma salvaguarda para mantermos a soberania da Assembléia Nacional Constituinte.

Este foi o detalhe, e todos os Membros do Senado, ilustres Membros que compõem a Assembléia Nacional Constituinte, que levou ao conflito dos chamados partidos de esquerda, ontem, na discussão e na votação do Regimento da Constituinte. Apenas marcamos uma posição. Marcamos uma posição política, não jogando para o nosso eleitorado, como disse o orador que me precedeu, o Senador José Fogaça, porque temos um programa partidário. Tendo uma vida política de 30 anos, da qual muito me honro, de ter sido considerado sempre um elemento da esquerda brasileira. Nunca recuei, nem nos momentos mais difíceis. Fui cassado dentro do MDB, Partido do qual me orgulho de ter sido fundador, após a cassação dos partidos pelo AI-2, em 1965, automaticamente com a cassação do Partido Socia-

lista Brasileiro, do qual tenho a honra, neste momento, na nova fase, na sua reorganização de ser o Presidente Nacional. Nunca, na minha vida, fui demagogo. Ocupei vários cargos públicos, sempre com austeridade, com honradez e dentro dos princípios morais, políticos e éticos que nortearam a minha vida. Não tenho medo de confrontos políticos, nunca recuei de minhas posições. Respeito a posição dos meus adversários e quero que os mesmos respeitem as minhas posições.

O Sr. Leopoldo Peres — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JAMIL HADDAD — Com a maior satisfação.

O Sr. Leopoldo Peres — Senador Jamil Haddad, V. Ex^a, neste momento, lamento dizer, discorre sobre o óbvio, porque ninguém que conheça sua vida pública, as histórias das suas lutas e o seu passado duvida de seus propósitos, da sua coerência, e da sua dignidade.

O SR. JAMIL HADDAD — Agradeço, nobre Senador Leopoldo Peres, as palavras de V. Ex^a, que, sei, são fruto, talvez, de um respeito mútuo, o que sempre fez parte da minha vida política.

O Sr. Mauro Benevides — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JAMIL HADDAD — Com a maior satisfação, nobre Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mario Benevides — Nobre Senador Jamil Haddad, a exemplo do testemunho oferecido pelo Senador Leopoldo Peres, também eu desejo fazê-lo, companheiros que fomos de lutas parlamentares no desempenho do mandato de Deputado Estadual, V. Ex^a foi sempre aquele homem de posicionamentos retílineos e coerentes, defendendo, na tribuna da sua Assembléia, a do antigo Estado da Guanabara, nos plenários dos congressos de Deputados Estaduais, as teses que naquela época mais se ajustavam aos interesses maiores do povo brasileiro. Tenho orgulho, neste momento, de participar deste Plenário, tendo em V. Ex^a um dos pares mais preeminentes compondo a representação do seu Partido, o Partido Socialista Brasileiro.

O SR. JAMIL HADDAD — Nobre Senador Mauro Benevides, V. Ex^a que privou comigo, nos idos de 1962 até 1969, na União Parlamentar Intrestadual, V. Ex^a, que foi dirigente daquele organismo, volta a esta Casa após uma vida política longa, interrompida durante um breve período mas que, para gáudio dos eleitores cearenses, V. Ex^a novamente se encontra na mais alta Casa política do País para representar o seu Estado.

Agradeço as suas palavras que, sei, também, são fruto de uma amizade que vem de longos anos.

O Sr. Nelson Carneiro — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JAMIL HADDAD — Com muita satisfação, nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO — Confesso a V. Ex^a que não sei a razão que o leva a ocupar a tribuna nesse momento, mas, como representante do Rio de Janeiro, que conhece a vida pública de V. Ex^a desde o início, quero deixar aqui o testemunho, que é da Nação, do homem público exemplar que V. Ex^a tem sido, e certamente continuará a ser até o fim da sua vida.

O SR. JAMIL HADDAD — Senador Nelson, quero deixar bem claro que político antigo que sou, homem do esporte que fui, acostumado a vaias e aplausos, nunca me deixei abater nos piores momentos da minha vida política. Mas quando ouço que nós, incluindo a minha pessoa, com muito orgulho, entre as forças de esquerda deste País, que nós fomos derrotados ontem, me parece que, na realidade, não procede esta afirmação, porque, como já disse, respeito a opinião de todos aqueles políticos com pensamento completamente contrário ao meu e quero apenas que também o meu ponto de vista seja respeitado.

Vitórias ou derrotas ocorrem na vida de todos os políticos. Não podemos imaginar que, na vida pública, tenhamos unanimidade de pensamento. Se numa família, entre irmãos, não há unanimidade, quanto mais em agremiações políticas. E o que mais me constrangeu foi, na realidade, quando — sei que não com a intenção de ferir-me — o ilustre Senador gaúcho José Fogaça declarou que foi um jogo para a arquibancada, foi um jogo para a nossa platéia a posição que assumimos ontem no debate e na votação do Regimento.

O Sr. José Fogaça — Permite V. Ex^t um aparte?

O SR. JAMIL HADDAD — Com a maior satisfação.

O Sr. José Fogaça — Nobre Senador Jamil Haddad, o passado de V. Ex^t, mesmo que numérica superficial e meridiana análise que fizéssemos, estaria, desde já, a desmentir categoricamente qualquer tipo de julgamento nessa direção. Eu estava decidido a não apartear-lo por julgar rigorosamente desnecessário este aparte, porque, no momento em que o faço, já estou tentando explicar aquilo que para mim seria desnecessário, ou seja, que realmente ontem não houve derrotados nem vencidos, ao contrário, foi também a colaboração dos pequenos partidos que tiveram a compreensão na hora necessária — e disso fiz registro no meu pronunciamento — foi também a colaboração dos pequenos partidos que permitiu que acabássemos produzindo essa notável obra coletiva e democrática que foi o Regimento Interno da Assembléa Nacional Constituinte. Mas, já que me vi obrigado a fazer este aparte, quero dizer a V. Ex^t que, em nenhum momento do meu pronunciamento, houve a intenção, o desejo de classificar V. Ex^t como alguém que faz o discurso apenas para a arquibancada. Disse que o discurso feito naquele momento por alguns partidos — e não citei o de V. Ex^t — se justificava porque era preciso falar para os seus eleitores, era preciso falar para a sua platéia específica, mas que, ao mesmo tempo em que faziam esse discurso crítico, também se comportavam de forma responsável, ao permitir que afluísse a aprovação das emendas nos trabalhos que foram realizados ontem, até altas horas da madrugada. Portanto, seria absolutamente rigorosamente desnecessário dizer que a trajetória de dignidade, de coerência, de responsabilidade, de firmeza política, de compromissos populares de V. Ex^t, desmente categoricamente qualquer afirmação que se fizesse em contrário.

O SR. JAMIL HADDAD — Nobre Senador José Fogaça, não tenho dúvidas que, em absoluto, V. Ex^t não quis atingir a nenhum representante dos chamados pequenos partidos quando da sua colocação. Mas, para que não pairassem interpretações dúbiais a respeito, vim ao microfone para fazer este pronunciamento. Porque, como já disse no início, quem ganhou na minha opinião ontem, apesar de discordar de um artigo

do Regimento, foi, na verdade, a população brasileira, que, a partir da madrugada de hoje, tem os instrumentos pelos quais nos ajudará — não só nós trabalharemos mas também a população nos ajudará — através dos seus organismos de representação, a elaborar a nova Carta Magna deste País, que, esperamos, embora tardivamente, possa resgatar a grande dívida no campo sócio-econômico em que nos encontramos perante as populações mais sofridas deste País. Não é mais crível nem admissível que trinta milhões de brasileiros iguais a nós não participem da riqueza nacional.

O Sr. Pompeu de Souza — Nobre Senador Jamil Haddad, V. Ex^t concederia um aparte?

O SR. JAMIL HADDAD — Com a maior satisfação, nobre Senador Pompeu de Souza, ex-companheiro do Partido Socialista Brasileiro, com muita honra.

O SR. POMPEU DE SOUZA — É uma grande honra e, ao contrário do que disse o nosso nobre companheiro, Senador José Fogaça, que disse que seu aparte era quase desnecessário, o meu é necessário, de vez que temos realmente em comum o PSB do qual V. Ex^t é hoje o Presidente Nacional e do qual sou um dos seus humildes fundadores. Aliás, fundador da matriz do PSB, de vez que sou fundador da esquerda democrática. Na verdade, o testemunho que dou e não precisaria dar é que, além de V. Ex^t ser dado a demagogias, o nosso Partido nunca o foi. O meu velho Partido nunca o foi e eu recordo mesmo que o nosso inesquecível Presidente João Mangabeira, aquela figura absolutamente inesquecível, absolutamente única na história política e na história socialista deste País, era freqüentemente objeto de uma brincadeira de um irmão dele, Octávio Mangabeira, que presidia a UDN, e aqui faço um parêntese para dizer que nós nascemos como uma ala da UDN, a esquerda democrática era uma ala da UDN; nós fundamos a UDN, como também fundei a UDN. A UDN era o estuário de várias vertentes ideológicas é como se fosse o MDB. Todas as vertentes ideológicas que convergiam para derrubar o Estado Novo confluíram para a UDN. Então, quero dizer a V. Ex^t que não precisaria dar este testemunho mas, na verdade, preciso acrescentar que Octávio Mangabeira costumava brincar com o seu irmão, João Mangabeira, dizendo que o eleitorado do nosso Partido cabia numa kombi e que, talvez, fosse por isto que, por nunca termos feito demagogia que nunca atingímos um eleitorado maior que a lotação de uma kombi porém, hoje, felizmente, verifico que V. Ex^t, representa o nosso glorioso Partido, o Partido do qual me orgulho e me glorifico — já que falei glorioso — de ser um dos fundadores. Acho, apenas, que, ideologicamente, continuo correntíssimo de V. Ex^t e que só não o sou de legenda porque acho que ainda não era o momento de nós dissolvermos a grande aliança dos partidos que, com o PMDB, foram um Partido único da luta contra a ditadura, que levaram à sua derrubada. Neste momento, todas essas convergências ideológicas que desaguararam e que foram o gigantesco estuário do PMDB — estão forjando a democracia para que este País, depois de termos derrubado a ditadura. Devo dizer a V. Ex^t que, realmente, fiquei empolgado pelo trabalho que ontem realizamos. Concordo inteiramente com o que disse o companheiro, Senador José Fogaça. Porque não houve vencidos nem vencedores, só houve vencedores, porque venceu a democracia neste País.

O SR. JAMIL HADDAD — Senador Pompeu de Sousa, V. Ex^t que, na realidade, foi um dos fundadores da esquerda democrática da qual nasceu o Partido Socialista Brasileiro, sempre foi um homem voltado para as justas causas da sofrida população brasileira. Igual a V. Ex^t existem outros elementos em vários partidos com o mesmo ideal. Agora, que passamos pela primeira fase da elaboração da futura Carta Magna, ou seja, a aprovação do Regimento, entraremos na feitura real desta Carta. E, ali, acima de Partidos, espero que todos os políticos comprometidos com as justas causas da população brasileira se unam suprapartidariamente para que possamos, orgulhosamente, olhar de frente a população brasileira e dizer: nós, que recebemos nas urnas o encargo e a honra de representá-los cumprimos o nosso dever, e podemos, de cabeça erguida, olhar para nossos familiares com dignidade, com honradez e a certeza do dever cumprido.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO, PRONUNCIA DISCURSO QUÊ, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Em documento circunstaciado, englobando decisões aprovadas ao ensejo do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, a CONTAG se posiciona diante da Assembléa Nacional Constituinte, alinhando itens básicos por cuja inserção, de muitos deles, no texto da nova Carta Magna passa a ser reclamada, como medida indispensável, a ser considerada por senadores e deputados, os quais, na manifestação das urnas de 15 de novembro, receberam para isso expressa delegação.

Pretendendo conceituar aguado que, a juízo dos homens do campo, a Constituição representa, diz a Exposição de Motivos remetida à Assembléa:

"A Constituição deve, programaticamente estar voltada para o futuro, abrindo caminhos e vias institucionais para o progresso Social, para a manutenção e estabilidade da democracia".

Por outro lado, a liberdade e a autonomia sindicais necessitam ser claramente explicitadas no bojo da nova Lei Fundamental, dentro das seguintes diretrizes:

- organização sindical unitária;
- proibição de intervenção, dissolução ou suspensão de entidades sindicais;
- livre constituição de sindicatos, federações e confederações, sem necessidade de autorização governamental; e
- livre gestão econômica e administrativa das entidades sindicais.

No que concerne à Reforma Agrária, desejam os trabalhadores que ela seja "ampla e massiva", ao mesmo tempo em que pleiteam a criação de um "Fundo Nacional", constituído da "destinação específica de cinco por cento da receita tributária ou do Orçamento da União e de outras receitas previstas na lei ordinária."

No mesmo ítem, enfatiza a CONTAG que

"as terras devolutas e públicas da União, Estados e Municípios terão sua destinação subordinada prioritariamente ao Plano Nacional de Reforma Agrária."

Referentemente a uma Política Agrícola justa e humana, ressalta o documento ora apreciado que ela deve atender:

"... prioritariamente aos interesses dos pequenos agricultores voltada para a produção de alimentos, para o abastecimento do mercado interno, assegurados, entre outros, crédito, seguro agrícola, preços justos, assistência técnica, insumos, garantias de comercialização."

Na parte alusiva aos direitos dos trabalhadores, a Confederação defende o **salário mínimo nacionalmente unificado**, como sempre patrociniei, no meu primeiro mandato senatorial, vendo concretizar-se aquela norma salutar em 1984, o que me valeu, na época, o reconhecimento público das lideranças sindicais do Ceará, as quais, por meu intermédio, sempre a postularam, dando lugar a que, por minha iniciativa, fosse inserido o artigo 19, na lei salarial nº 6.708, de 1979.

Vale realçar, igualmente, o relevo de que se reveste a instituição da **Justiça Agrária** — igualmente exigida pela CONTAG — a funcionar, nos mesmos moldes concebidos para a Justiça do Trabalho, objetivando dirimir as pendências suscitadas entre proprietários e trabalhadores rurais.

Durante a última campanha eleitoral, juntamente com outros candidatos do PMDB a voto majoritário — um deles o Senador Cid Sabaia de Carvalho, e proporcional, argumentei que a criação daquela justiça especializada se tornava inadiável, em razão dos sucessivos conflitos e tensões então existentes, e que ainda perduram, gerando intranquilidade e desassossego na área social, com a perda de vidas preciosas.

Tenho certeza de que, no instante em que as Comissões Técnicas vierem a funcionar, — com a aprovação ontem do Regimento — no dia a dia do grande debate constitucional, muitas dessas sugestões aligeiradamente aqui referenciadas da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura haverão de merecer apoio indiscutível, transformando-se em normas vigorantes na nova Constituição brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concordo a palavra ao nobre Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Aprovo e endosso a totalidade das palavras e dos conceitos aqui formulados pelo nobre Senador José Fogaça. Realmente, os avanços que conseguimos na aprovação do Regimento Interno foram excepcionais, mas precisamos estar alertas para o clima em que vão-se desenvolver os trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte.

Verificamos, pelas manchetes de jornais, que a Constituinte, que representava, até há poucos dias, os principais assuntos da grande imprensa nacional, cedeu lugar aos problemas mais presentes, os problemas da crise econômica que o País atravessa e ainda atravessará.

A Constituição, sem dúvida, fruto do trabalho da Assembléa Nacional Constituinte, será a projeção da vida nacional para o futuro. Mas, na condi-

ção de Congressistas, Senadores e Deputados, temos que estar alertas para o presente do Brasil, porque se o nosso País, efetivamente entrar em recessão econômica, o clima será profundamente, desfavorável para a elaboração livre, soberana e democrática da nova Constituição brasileira.

Verificamos fatos de extrema gravidade: estamos tendo aí a greve dos marítimos, que, sem entrar no mérito da sua justeza ou não está prejudicando fortemente o ritmo das nossas exportações.

Ora, Srs. Senadores, no momento, o País, quando mais precisa gerar divisas, as nossas exportações estão praticamente paradas. Paralelamente a isso, temos a ameaça de uma greve dos petroleiros. Outra notícia desagradável tivemos através da imprensa, ao sabermos que o Brasil, no momento, possui apenas de cinco a dez dias de reserva de derivados de petróleo, quando essa média sempre foi de 90 dias. Um País como o Brasil, a oitava economia mundial, o maior País da América Latina, não poderia deixar de ter um estoque estratégico inferior a 90 dias. Essa informação nós a obtivemos do próprio Presidente da PETROBRAS, de que temos um estoque de apenas 5 a 10 dias de derivados de petróleo. E todos sabemos que a economia do nosso País funciona quase completamente em função dos derivados do petróleo. Já tínhamos a notícia de rationamento de energia, especialmente no Nordeste e que esse rationamento vai gerar alguns milhares de desempregados.

Precisamos, portanto, nobres Senadores, ficar atentos à situação econômica nacional, porque, se, efetivamente, esses fatos que vêm ocorrendo estão a parecer historicamente com os ocorridos em 1981, causadores de uma recessão que durou quase cinco anos e da qual esta geração jamais se esquecerá pelos danos que causou. A situação é bem parecida com a daquela época: o próprio Governo, os Ministros da área econômica a dizem que são problemas localizados. É exatamente por serem problemas localizados que poderemos ter a situação dos problemas econômicos, agravados, com a queda da nossa produção e do consequente aumento do desemprego.

Não podemos ficar no mundo sideral do isolamento, da criação e da formulação da nova Constituição de um Brasil futuro, se não atentarmos para os problemas do Brasil de hoje. Porque o clima de uma recessão econômica com a insatisfação e a desordem social jamais será benéfico para a elaboração da nossa nova Carta Magna.

Deixo, portanto, aqui, Srs. Senadores, a minha preocupação e o meu alerta para o Brasil de hoje. Quando estive no meu Estado, na semana do carnaval, praticamente ninguém me cobrou como seria ou como iria ser a nossa Constituição. Mas fui veemente cobrado por todos os setores dos problemas de hoje, dos problemas de agora: e os juros vão continuar nesse patamar, impossibilitando a geração de riqueza, de emprego, de nova produção e de investimentos? E, eles perguntavam: e o rationamento de energia, e o projeto econômico, que não sai? Enfim, existe um clima de expectativa que está afiligrando a todos os brasileiros agora aqueles outros que especificamente afiligraram a outras classes, como foi agora o caso do Imposto de Renda que subiu de uma forma exagerada e que está afiligrando também todos os segmentos da classe média.

Vamos, portanto, Srs. Senadores, atentar, observar, acompanhar e procurar se possível ajudar nas soluções dos nossos problemas de hoje, do Brasil de agora.

O SR. AFFONSO CAMARGO — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. RAIMUNDO LIRA — Com muito prazer, sobre Senador Affonso Camargo.

O SR. AFFONSO CAMARGO — É para dizer que as suas preocupações são as nossas. São as preocupações de todos os parlamentares que tem ido a suas bases e temiam, — digo temiam porque acho que a decisão de ontem realmente foi muito importante — que Brasília se tornasse definitivamente uma "Ilha da Fantasia", que aqui tivéssemos cuidando do Brasil do futuro, esquecendo-se do Brasil do presente. Quero dizer a V. Ex^e que a decisão de ontem foi importante. Vamos ver, na prática, que o funcionamento, sem prejuízo dos trabalhos da Constituinte e o funcionamento do Senado e Câmara, vai ser altamente benéfico para o País, porque vai ser aqui, no Senado e na Câmara, que vamos poder discutir os problemas do dia-a-dia. Quero inclusive, aproveitar neste aparte para comunicar a V. Ex^e e ao Plenário que entreguei à Mesa, hoje, um requerimento de convocação do Ministro Dilson Funaro, para vir ao Senado explicar a questão da negociação da dívida externa, o problema da alta dos juros, inclusive os motivos do insucesso do Plano Cruzado. Parece-me que o grande problema do Brasil, a grande crise do Brasil é a crise da desinformação. E o sistema produtivo não consegue, V. Ex^e sabe bem disto, funcionar sem estar bem informado de qual é a proposta da economia para que todos possam, afinal, rumar na mesma direção. Dou o aparte para dizer que concordo com V. Ex^e, e acho que, ao mesmo tempo que vamos escrever a Nova Constituição, que vamos escrever a receita do novo Brasil, temos que cuidar do doente, do Brasil presente que não suporta mais a crise econômica.

O SR. RAIMUNDO LIRA — Muito obrigado, pelo aparte, sobre Senador Affonso Camargo, pois ele tem uma significação especial porque V. Ex^e representa um dos Estados mais ricos do País, onde existe, possivelmente, a maior produção de grãos de cereais do País, e o País não pode produzir se aqueles que investem na produção não sentirem a tranquilidade e, sobretudo, o direcionamento do programa econômico de que o País precisa e, sem investimentos, indiscutivelmente, nós entraremos num processo de recessão econômica.

Eu sempre tenho dito, em algumas conferências econômicas que tenho feito na Universidade, que um dos grandes erros do Plano Cruzado — e isto eu disse na época em que ele foi elaborado — foi exatamente, porque com ele deu choque num País em que, há 8 meses, já estava com a economia aquecida e, portanto, não tínhamos capacidade ociosa ou excesso de estoques de mercadorias para atender o congelamento e, em consequência, um amento na demanda de todos os produtos. Não façamos críticas ao que já aconteceu, porque disso todos nós temos conhecimento. Preocupemo-nos com o que está acontecendo e com o que vai acontecer.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. RAIMUNDO LIRA — Pois não! Ouço, com muito prazer, o aparte de V. Ex^e, sobre Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Nobre Senador, o pronunciamento de V. Ex^e traz a esta Casa aquilo que deve ser, a partir de hoje — a partir do momento em que iniciamos as atividades do Senado

— o objeto central de nossas preocupações. Acho que temos duas responsabilidades cruciais, neste ano de 1987. Primeiramente, a tarefa histórica de escrever a Constituição democrática do Brasil. Mas também seríamos irresponsáveis se fechássemos os olhos para esta crise, para esta situação difícil, para o impasse que o País está vivendo no campo econômico e social. O Presidente da República teria três caminhos para procurar uma saída. O primeiro deles é o caminho que já está completamente esgotado, que é o caminho da decisão tecnocrática, do decreto-lei e dos pactos econômicos que são despejados sobre a Nação. Esta via, hoje, está completamente esgotada; é um processo inviabilizado, porque se o Governo resolvesse adotar esse caminho geraria frustrações e uma profunda insatisfação nacional. O outro caminho tentado pelo Governo foi o de buscar apoio na sociedade para as medidas econômicas que se fazem necessárias, através de um pacto social, reunindo empregados e empregadores. Por motivos que não cabem neste breve aparte, agora, avaliar ou analisar, esta tentativa também frustrou-se e inviabilizou-se, pelo menos, para o momento pelos erros que, no bojo dela, foram cometidos, mas que não correm aqui analisar. Resta agora apenas um caminho para o Presidente da República. Decreto-lei, pacto não pode mais usar, pacto social, apoio dos sindicatos e dos empresários, aparentemente é uma via esgotada. Resta apenas um caminho ao Presidente da República, para que tome a iniciativa de medidas econômicas, talvez sacrificais, duras, mas eficientes e necessárias, ele só pode ter a resposta, neste momento, dos partidos políticos e do Congresso Nacional. V. Ex^e está exercendo, neste momento, a plenitude da função e da responsabilidade desta Casa ao trazer à baila temas de tal importância para esta conjuntura, ao revelar o drama, a dificuldade, a crise pela qual está passando hoje a economia nacional. Por isso, quero parabenizar-me com V. Ex^e e, ao mesmo tempo, mostrar o quanto é importante, o quanto e decisivo nós assumirmos agora esta responsabilidade, porque nós somos a única via, nós somos o único caminho, nós somos o único processo pelo qual há uma saída hoje neste País para resolver esta crise e o impasse econômico em que vivemos.

O SR. RAIMUNDO LIRA — Muito obrigado, nobre Senador José Fogaça. V. Ex^e sabe do apreço que eu tenho pela sua cultura, pela sua inteligência e pelo seu idealismo. Agradeço as suas colocações e fico profundamente feliz de saber que esta minha preocupação com o Brasil de hoje é a preocupação de todos os nobres Senadores. Mas eu falo, sobretudo, da integração maior dos nossos companheiros com a situação econômica.

Na primeira audiência que tive com o Excelentíssimo Senhor Presidente eu falava para Sua Excelência, naquele momento, que os juros começavam a disparar e que seriam, sem dúvida alguma, uma das grandes alavancas que iriam gerar as altas taxas de inflação. Tínhamos, naquele momento, juros de 60% a 70% ao ano e já estavam no patamar de 120%. Sua Excelência, o Senhor Presidente, dizia que os juros iam ser elevados a um determinado patamar, porque tinha recebido informações da área econômica de que se os juros não subissem, os investidores iriam para o dólar, no mercado paralelo. Fiquei preocupado com aquelas colocações e procurei informações a respeito de qual o percentual, aproximadamente, que era destinado a esse mercado paralelo. Tive informações de áreas econômicas de que não mais de 6% a 8% do dinheiro movimentado

no mercado financeiro se destinavam ao mercado paralelo, com uma média de 4%. Portanto, 95% a 96% de todas as aplicações financeiras diárias eram destinadas às outras áreas, ou seja, as aplicações financeiras propriamente ditas do sistema nacional e à Bolsa de Valores. Portanto, o Presidente, naquele momento, não estava com a informação correta da sua área econômica.

Os juros aumentaram e temos aí o resultado da inflação. Todos sabemos — todos os经济istas sabem — que quando a inflação sobe os juros também precisam subir para que não aumente, de uma forma demasiada, a busca do crédito e o aumento do consumo. Mas, também, é verdadeiro, é matemático, que o inverso assim funciona: quando se antecipa o aumento das taxas de juros eles passam a ser os maiores geradores dessa própria inflação. O que aconteceu no Brasil, nos últimos 60 dias foi, exatamente, isso: a grande alavanca do aumento exagerado e até criminoso da inflação foi em grande parte gerado pelo aumento antecipado das taxas de juros. Concomitantemente, ocorreu o realinhamento de preços e nós temos aí uma inflação de quase 20 por cento ao mês. Portanto, mais uma vez, encerrando este breve pronunciamento, alerto para que todos nós, de uma forma firme, de uma forma objetiva, de uma forma consciente, de uma forma prática e direta, passemos a tomar conhecimento e, se possível, influenciar na gestão dos negócios econômicos do Brasil para que, no futuro, não sejamos acusados de omissão, de termos deixado o País à deriva.

O Sr. Hugo Napoleão — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. RAIMUNDO LIRA — Com muito prazer, Senador Hugo Napoleão.

O Sr. Hugo Napoleão — Nobre Senador Raimundo Lira, em verdade, para que pudéssemos ter uma participação mais ativa, mais efetiva, mais definitiva, digamos assim, nas decisões de Governo, uma das medidas, até como preliminar, seria aquela, como preconizamos nos debates desta Casa, do funcionamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o que iria evitar a fúria legiferante, digamos assim, do Poder Executivo em baixar decretos-leis. Aliás, pessoalmente, digo a V. Ex^e que não me conformo de não estarmos funcionando na plenitude. Estamos dando um péssimo exemplo ao Brasil, quando nos autocerceamos nas nossas prerrogativas de movimentação normal, de trâmite parlamentar, para, efetivamente, entendermos que predominantemente ou preponderantemente só a Assembléia Nacional Constituinte funcionaria. No momento em que demonstramos à Nação que nós não podemos legislar, poderíamos, também, fazer a seguinte indagação: para que existem as leis, se nós, parlamentares, não podemos ver nossos projetos de lei tramitando nesta Casa? A nossa capacidade de demonstrar à opinião pública que o Congresso Nacional funciona na sua plenitude está intimamente ligada ao exercício dessa prerrogativa, que é inherent e que deveria ser exclusiva do Congresso Nacional Brasileiro, como de resto a qualquer parlamento de qualquer parte do mundo. Não quis, propriamente, entrar no mérito do brilhante discurso que V. Ex^e está a preferir. Apenas acho que relativamente aos juros, a respeito dos quais V. Ex^e falava, normalmente são elas consequência nas economias, e no Brasil, realmente, estão sendo causa. V. Ex^e tem razão, quer dizer, estamos num verdadeiro caos, estamos mergulhados em uma confusão econômica, talvez serm precedentes em nosso País. Continuarei a ter o

prazer de ouvir as conclusões de V. Ex^e. Muito obrigado.

O SR. RAIMUNDO LIRA — Muito obrigado, nobre Senador Hugo Napoleão. As suas colocações foram de extrema clarividência e vieram, sem dúvida nenhuma, fortalecer a nossa posição e as nossas preocupações quanto à nossa participação efetiva, não na gerência, eu diria, mas no acompanhamento dos problemas do Brasil, porque, efetivamente, eles atingem a todos os brasileiros indistintamente. Fui surpreendido por eleitores, por representantes de classes que não entendiam a posição da Assembléia Nacional Constituinte, que estava discutindo problemas de soberania nacional.

Ora companheiros, nobres Senadores, como pode uma Assembléia Nacional Constituinte elaborar uma Constituição livre, democrática e projetada para o futuro, num país mergulhado dentro de uma recessão econômica? Que soberania poderemos ter para fazer esta Constituição?

A maior garantia da nossa soberania é a estabilidade econômica e social do País, para que possamos ter tranquilidade necessária e suficiente para desenvolver os nossos trabalhos, também, num clima de estabilidade de democracia e de liberdade. Portanto, é este o alerta que faço. Devemos ter a grande preocupação em não deixar que o País entre num processo recessivo durante os trabalhos da elaboração da nossa Constituição.

O Sr. José Ignácio Ferreira — Permite V. Ex^e um aparte?

O Sr. Raimundo Lira — Com muito prazer, nobre Senador José Ignácio.

O Sr. José Ignácio Ferreira — Senador Raimundo Lira, quero endossar as palavras de V. Ex^e e felicitá-lo, pois me parece que este é o primeiro pronunciamento feito no Senado. V. Ex^e não fez a tradicional introdução, a tradicional apresentação formal. V. Ex^e entrou logo no assunto. Esta homenagem que lhe presto é precisamente por isto, não só pelo tema que V. Ex^e enfoca, mas pelo fato de estar na oportunidade de sua própria introdução, na sua apresentação ao Senado, onde, seguramente, haverá de ilustrar em muito os trabalhos nesta Casa. E V. Ex^e vai direto ao assunto, como está fazendo. Todos temos confiança no nosso País. Estamos vivendo os problemas dessa realidade econômica brasileira e a base afila, desesperançada, quase no desespero nos aculta, nos instiga a que procuramos soluções para esse problema. Realmente, o País está a procurar sobretudo a área privada, a economia de mercado, de sinalizações por parte do Governo; o País, de um modo geral, a economia toda do País está à espera de que o Governo defina claramente qual é o seu projeto. Estamos vivendo num país com essa realidade econômica, mas também com essa realidade social e política, e a Constituinte elabora os seus trabalhos vivendo toda essa complexidade. Não podemos nos descurar do fato de que é neste ambiente que estamos estruturando um novo País e, sobretudo, numa sociedade que teve uma evolução cultural que não tem paralelo na história recente do planeta. Não há ponto algum do planeta em que houvesse em 40 anos ou 20 anos, uma evolução de natureza cultural tão grande quanto esta que estamos vivendo no Brasil. A evolução da taxa de lucidez da população brasileira é enorme: aspectos de toda a natureza, de caráter material sa aferição por todos nós e da nossa competência para entender essa realidade de mudança permanente que estamos vivendo. O grave, nisto tudo,

é que estamos vivendo um ambiente, que não tem paralelo no espaço do Planeta e não tem, provavelmente, muitos paralelos no tempo mesmo, na História do Mundo, porque o que ocorre no Brasil, até mesmo em termos demográficos, é uma evolução tão grande que, em 1946, nós devíamos ter 45 milhões de habitantes e, em 87, nós estamos com as projeções do IBGE em cerca de 140 milhões de habitantes. A Ásia, em 1946, tinha 1 bilhão e 200 milhões de habitantes; a Ásia toda, em 1987, tem menos de 3 bilhões de habitantes. Quer dizer, a população da Ásia toda não triplicou e a população do Brasil triplicou pelo período de 1946 a 1987. É esta realidade que nós temos que apreender, cada um dos Constituintes tem que aprender, para depois envasá-la no texto constitucional. Sobretudo compreendermos, cada um de nós, Constituintes, que a grande tarefa nossa não é só de reconstitucionalizar o Brasil, não, nós temos a grande tarefa, está sim, de redemocratizar o Brasil. Esta a grande tarefa que temos pela frente nos trabalhos da Constituinte: redemocratizar o País politicamente, economicamente, socialmente e conduzi-lo sob a inspiração de uma justiça social que todo o País reclama, porque a sociedade civil brasileira está fortemente, enormemente lúdica, crítica e quer ser participativa. Esta realidade temos que apreendê-la toda, e depois buscar envasar o ideal de justiça no momento cultural em que o Brasil está vivendo. Quero felicitar V. Ex^e, que nesta oportunidade nos alerta, a cada um de nós, Constituintes, para as graves responsabilidades que temos e a todas as lideranças, sobretudo ao nobre Líder Fernando Henrique Cardoso, e também ao nosso grande Presidente, esse monstro sagrado do PMDB e do País, que é o Presidente Ulysses Guimarães. Felicito a V. Ex^e, em particular, pelo alerta que nos oferece neste pronunciamento tão feliz.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) (Acionando as campainhas) — Solicito a V. Ex^e, nobre Senador, que conclua, pois o seu tempo está esgotado.

O SR. RAIMUNDO LIRA — Muito obrigado, nobre Senador José Ignácio Ferreira, pelas colocações.

Apenas queria encerrar as minhas palavras dizendo o seguinte: em cima do que falou o nobre Senador José Ignácio Ferreira, nós vamos elaborar uma Constituição e ela só será projetada para o futuro se não for num ambiente de exceção. No aspecto econômico, nós temos ciclos de prosperidade e ciclos de exceção e as recessões econômicas são exatamente os períodos de exceção nas sociedades e nas nações. Então, não podemos elaborar uma nova Constituição num período de exceção econômica.

Poderia abordar outros aspectos e analisá-los posteriormente.

Agradeço a todos os companheiros, aos nobres Senadores pela atenção que me dispensaram, aos apartes e lembro, mais uma vez, de que devemos ficar atentos para a realidade brasileira de hoje, porque esta é a realidade que nos está sendo cobrada por toda a sociedade brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ronan Tito.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso, Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Como todos os Senadores que me antecederam na tribuna, sinto-me feliz, satisfeito, com a

aprovação do Regimento Interno nesta madrugada.

Mas faço uso da palavra, Sr. Presidente, para registrar nos Anais da Casa um documento para o qual, por estes dois dias, passei colhendo as assinaturas dos colegas Senadores, principalmente do PMDB, que também recebeu a assinatura, o que muito o valoriza, do Líder do PFL.

Esse documento é dirigido ao Senhor Presidente da República e passo a lê-lo sem mais de longas.

À Sua Excelência o Senhor
Doutor José Sarney
M.D. Presidente da República Federativa do
Brasil

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Conforme reconhecido publicamente por Vossa Excelência, na solenidade de lançamento da Caderneta de Poupança Rural do Banco do Brasil, aquela secular instituição de crédito representa para o País "um instrumento civilizador e, ao mesmo tempo, um dos grandes instrumentos do desenvolvimento nacional".

Ainda segundo Vossa Excelência, em palavras sinceras que traduzem o reconhecimento de toda a sociedade brasileira, dos mais diversos segmentos, "é o Banco do Brasil... também um banco de recursos humanos, pela excelência do pessoal que, ao longo dos anos, construiu aquela Casa e que, permanentemente a mantém com o nível que tem o Banco do Brasil. Basta ver que o País tem recrutado, nos quadros do Banco do Brasil, nos diversos setores, muitos homens públicos que têm ajudado a Nação a se desenvolver e, a cada dia mais, encontrar o seu caminho".

Não obstante, Senhor Presidente, uma enorme defasagem salarial tem levado esses anônimos construtores do progresso a uma luta desesperada pela própria sobrevivência.

Essa situação afigura vivida pelos funcionários do Banco do Brasil, da qual a imprensa vem-nos dando conta com reiterada freqüência, tem influído nas bases de sustentação da Empresa, ensejando que o seu lastro cultural e humano sofra perdas irreparáveis, quer por impedir a normal reposição dos quadros de pessoal, quer por estimular apontamentos precoces como forma de equilibrar economias domésticas com novo emprego.

É vontade nacional, Senhor Presidente, ver o Banco do Brasil reassumir o seu papel no sistema financeiro interno, como aliás preconizado por Vossa Excelência.

O fortalecimento do Banco do Brasil, contudo, deve necessariamente passar pela motivação desses homens e mulheres que têm se sacrificado em benefício do desenvolvimento nacional. A imagem de seriedade, cívismo e desprendimento de que desfrutam deve ser preservada a bem mesmo da Instituição, porque se confunde com o seu próprio nome.

Dessa forma, os parlamentares signatários deste documento vêm solicitar a Vossa Excelência seja o Banco do Brasil autorizado a promover, de imediato, a indispensável correção da curva salarial de seus funcionários, restabelecendo-a aos níveis de 1983, como medida preliminar de uma série de ajustes que se fazem necessários para restaurar a tranquilidade àquelas operosos sustentácu-

los do desenvolvimento social e econômico da Nação.

A sociedade brasileira espera de nós ações coerentes com sua vontade. Temos convicção de que este gesto estamos justificando parte da confiança em nós depositada.

Temos certeza, igualmente, de estarmos auxiliando o Supremo Magistrado do Brasil a distribuir a necessária Justiça. Respeitosamente Senadores: Carlos de Carli — Ronan Tito — Wilson Martins — Iram Sarvala — José Fogaça — Aluizio Bezerra — José Bisol — Nabor Júnior — Raimundo Lira — Juthay Magalhães — José Richa — Francisco Rolemberg — José Agripino.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, durante o período em que colhi assinaturas dos meus Pares para este documento, recebi de todos um apoio entusiástico. E digo até com entusiasmo, Sr. Presidente, que nenhum dos Srs. Senadores solicitados deixou de assinar este documento.

O Banco do Brasil é, sem dúvida, e tem sido através dos tempos, a espinha dorsal da economia brasileira e quem entende bem disso somos nós que vivemos no interior, principalmente nós os agricultores.

Ainda há pouco conversava com o ilustre Senador João Lobo e S. Ex^e dava um testemunho da maior importância. O seu testemunho é o seguinte: "o Banco do Brasil, nos mais distantes e empobrecidos lugares do sertão brasileiro, é a melhor presença do Tesouro Nacional e é a melhor presença do Governo Federal".

Num encontro que tivemos recentemente com a Diretoria do Banco do Brasil, observamos que a curva que esse banco tem tido na participação da economia nacional, principalmente na participação dos depósitos e também nos investimentos e empréstimos, cada vez que ela é atingida, a economia claudica. Principalmente, nós do sertão, nós do interior, sentimos de maneira indelével a sua presença porque o trabalhador rural, o pequeno industrial, o pequeno comerciante vai buscar, sem mais delongas, sem temer ser carente em propinas, o seu crédito necessário para desenvolver a sua economia. E uma das maneiras que sentimos neste momento — é uma denúncia que faço — de que o Banco do Brasil está sendo atingido pelos seus funcionários, porque, passageiramente, Srs. Senadores, um funcionário iniciante do Banco do Brasil recebe hoje Cr\$ 3.200,00 de salário. Sabe o que está acontecendo, Srs. Senadores? O Banco do Brasil faz um concurso oneroso e depois os empresários inteligentes, saudados, vão garimpá no meio daqueles que venceram o concurso, pois sabem que, se foram aprovados num concurso do Banco do Brasil, são eficientes, são bons funcionários, são capazes. E ai passam a pagar duas, três vezes mais aquilo que o próprio Banco do Brasil está oferecendo.

O Sr. Rachid Saldanha Derzi — V. Ex^e concede um aparte?

O Sr. Rachid Saldanha Derzi — V. Ex^e concederei o aparte a V. Ex^e.

Isto nunca ocorreu, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Sempre que o Banco do Brasil fez um concurso, ele arrebanhou para si todos aqueles que venciam; agora apenas 20, 30% dos aprovados aceitam o emprego.

Ouço com prazer o aparte do nobre Senador Rachid Saldanha Derzi.

O Sr. Rachid Saldanha Derzi — Eminentíssimo Senador Ronan Tito, V. Ex^e tem razão. Realmente,

os funcionários do Banco do Brasil estão ganhando pouquíssimo pelo alto gabarito da sua competência. Indiscutivelmente, V. Ex^a não pode comparar o nível dos funcionários do Banco do Brasil com o dos outros bancos. Realmente, o Banco do Brasil tem uma classe, uma carreira e uma postura para os seus funcionários que nós impressiona. Eles merecem, realmente, ganhar aquilo que a sua competência lhes dá o direito. Assinei o pedido com V. Ex^a, com muito prazer, porque sempre tenho sido um defensor do Banco do Brasil que presta grandes e inestimáveis serviços a esta Nação. Basta ver que os grandes postos no Banco Central, no Ministério da Fazenda, no Ministério do Planejamento, lá estão os funcionários do Banco do Brasil.

O Sr. Ronan Tito — É verdade...

O Sr. RACHID SALDANHA DERZI — Os que serviram por tantos e tantos anos o Banco do Brasil continuam a servir o Brasil nos mais altos postos econômico-financeiros deste País. É preciso que o Banco do Brasil veja a situação dos seus funcionários e lhes dê um pagamento justo à sua competência e ao seu trabalho. E o Banco do Brasil tem sido perseguido pelos outros bancos. O próprio Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento e o Banco Central, têm procurado impedir o desenvolvimento e o progresso real do Banco do Brasil. Uma vez reclamei isto do Ministro Delfim Netto, não sabia por que eles queriam acabar com o Banco do Brasil, tendo em vista as medidas adotadas por eles contra aquela casa de crédito. Realmente, é uma grande instituição, e seus funcionários são do mais alto gabarito, do mais alto espírito público, da mais alta inteligência, merecem ser bem pagos.

O Sr. ROMANTITO — Agradeço e incorpoço a parte do nobre Senador Saldanha Derzi.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. RONAN TITO — Ouço V. Ex^a, com prazer.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Gostaria de fazer uma observação. Quero concordar com tudo que V. Ex^a tem dito aqui sobre o Banco do Brasil. Assinei o documento que me foi trazido pelo nobre companheiro. E ainda mais: comuniquei à agência central do Banco do Brasil, em Fortaleza, que o havia feito, porque acho que isso era uma obrigação. Mas é inegável observar, nesta hora, que o Banco do Brasil vem sendo amesquinhado no nosso País, gradativamente, de tal forma que cada vez o Banco do Brasil vale menos e o seu funcionário vai exatamente de roldão; na mesma proporção diminutiva, na mesma proporção em que se reduz a importância do banco, é reduzida, também, a participação, o *status* de qualquer funcionário dessa instituição de crédito. Há, no Brasil, uma predominância do Banco Central, ainda ninguém explicou o porqué. Mas, gradativamente, aquela ditadura que não queremos mais permitir no Brasil, se esboça no setor bancário através desse ente todo-poderoso que é o Banco Central. Entendo que o Senado da República não pode calar diante desta situação. Somos pessoas democráticas e a Democracia atinge as mais diversas nuances, as mais diversas expressões. Não podemos ser democratas apenas naqueles assuntos que diretamente ou mais claramente digam respeito ao povo. Mas o sistema econômico, o sistema financeiro, o sistema econômico-financeiro também, tudo se liga com a democracia. Há pouco o orador que antecedeu

V. Ex^a achava que não poderíamos fazer uma boa Constituição, vivendo num universo de uma crise econômica. Isso mostra como a economia deve ser também profundamente democratizada, a fim de que tenhamos a produção desse documento básico para o futuro do Brasil. Então, o Banco do Brasil hoje é uma pedra angular na existência notadamente dos agricultores. A sua carteira agrícola é da maior importância. Agora, como V. Ex^a ressaltou: se é no Banco do Brasil onde o agricultor chega e não paga propina, se é no Banco do Brasil onde há um diálogo mais franco, deduz-se que nos outros bancos, nos grandes bancos brasileiros ou nos pequenos bancos brasileiros — e hoje quase todos são grandes, porque usufruem da crise — deduz-se que nos outros a prática é profundamente diversa. Daí a necessidade de uma fortificação do Banco do Brasil. Mas há, também, uma necessidade maior e eu quero dizer-lhe a V. Ex^a. É que na Constituição devemos rever todo o sistema bancário brasileiro e examinar, também, um pouco mais de democracia no fornecimento da carta patente, para que não fique esse império por sobre todos nós, exatamente dos que tenham finanças, dos que tenham dinheiro numa predominância absoluta sobre todos e quaisquer outros valores sociais. É o complemento que eu faço ao douto discurso de V. Ex^a.

O SR. RONAN TITO — Agradeço a V. Ex^a

O Sr. Nelson Wedekin — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. RONAN TITO — Com muito prazer.

O Sr. Nelson Wedekin — Nobre Senador Ronan Tito, a sua iniciativa de colher assinaturas entre aqueles que têm interesse na questão e se opõem ao processo de compressão salarial dos funcionários do Banco do Brasil, é uma iniciativa das mais oportunas, das mais felizes, das mais urgentes e das mais necessárias. Quando se comprime os salários dos funcionários do Banco do Brasil, não são exatamente os funcionários do Banco do Brasil que se pretende atingir. O que se pretende atingir, na verdade, é a própria instituição Banco do Brasil, que é um modelo de instituição estatal, que é um Banco que, de um lado, cobra juros menores do que os bancos privados e, de outro lado, paga dividendos maiores e que, até aqui, tem sempre pago os melhores salários para o seu quadro de pessoal. Acho que estamos diante de mais uma investida contra as estatais, de modo geral e de modo particular o Banco do Brasil, que é um parâmetro, que é um modelo, que é um exemplo de como uma instituição pode e deve funcionar. Lembrou muito bem o Senador Rachid Saldanha Derzi aquilo que é típico no quadro de pessoal do Banco do Brasil, que tem uma cultura própria, que tem até uma espécie de visão do mundo muito pessoal e particular, e que diz respeito aos interesses maiores e superiores da maioria dos brasileiros e não aos interesses de minorias e de privilegiados. De modo que não apenas assinei, com muita entusiasmo e com muita segurança, esse documento formulado por V. Ex^a, como estou de inteiro acordo que esse esforço pelo fortalecimento do Banco do Brasil e contra esse deliberado processo de esvaziamento da instituição Banco do Brasil deve ser uma tarefa de todos os brasileiros que, como nós, têm preocupações com os destinos do nosso País. Muito obrigado.

O SR. RONAN TITO — Agradeço a V. Ex^a e antes de conceder o aparte aos Senadores João Lobo...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Pediria ao nobre Senador Ronan Tito que concluisse. O seu tempo está se esgotando e nós temos que passar à Ordem do Dia. Antes disso, ainda, vou conceder a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro. Estou, apenas, fazendo um apelo diante do adiantado da hora, pois vários Srs. Senadores têm compromissos.

O SR. RONAN TITO — Peço, apenas, ao Sr. Presidente um pouquinho de tolerância para ouvir dois Senadores que haviam anteriormente pedido um aparte e, de pronto, cedo um aparte ao Senador João Lobo.

O Sr. João Lobo — Agradeço a permissão, Senador Ronan Tito, e serei evidentemente breve. Senador Ronan Tito, foi uma alegria tornar conhecimento deste assunto que V. Ex^a está trazendo para esta Casa. Aderi imediatamente ao mesmo, feliz, por sentir que um Senador de Minas Gerais, também, participa dos conceitos que nós temos de um banco, como o Banco do Brasil. Acho Senador que quase tudo já foi dito. A liderança dos funcionários do Banco do Brasil, dos gerentes do Banco do Brasil nas pequenas cidades da minha região, pelo menos, no Nordeste brasileiro, era uma coisa destacada. O líder das pequenas comunidades pelo menos, reafirmo o que disse antes, no meu Estado, nas pequenas regiões do Nordeste brasileiro, era o gerente do Banco do Brasil. Ele era quem orientava o comércio, a agricultura, a pecuária. Tudo girava mais ou menos em torno do Banco do Brasil. A única proximidade que tínhamos do Governo Federal era através do Banco do Brasil. O Banco do Brasil, para nós, era o próprio Tesouro Nacional.

O SR. RONAN TITO — Apoiado!

O Sr. João Lobo — Não podíamos conceber, não podemos ainda aceitar, que tal instituição que tão bons serviços tem prestado a este País ao longo de mais de cem anos de sua história, seja mutilado na sua autoridade e na sua integridade de construtor da riqueza deste País. Veja V. Ex^a que é tão grande a liderança e o comando que os gerentes têm que eles são os primeiros a nos orientar contra juros escorchantes, contra a falta de recursos, contra essa indexação que vai ser feita nos empréstimos de investimentos e pecuária em todo o Nordeste. Isso é uma coisa que eles já atentaram, já chamaram a atenção dos criadores, dos agricultores, para a impossibilidade de liquidez desses empréstimos. Os empréstimos de investimentos, indexados novamente, são totalmente impossíveis de serem cumpridos. Os lavradores, os criadores, os pequenos empresários do Nordeste vão ser destruídos, esmagados, e não conseguirem pagar os seus empréstimos indexados como estão, pela atual norma da cúpula econômica deste País. Se existe um órgão, talvez malfazejo à economia deste País é o Banco Central e não o Banco do Brasil. Querer dar uma preponderância do Banco Central sobre o Banco do Brasil parece ser uma coisa descabida. Sempre o Banco do Brasil exerceu o papel do Banco Central e o fez muito bem, não vejo necessidade de tudo isso. Está o Presidente solicitando que encurre o meu aparte, vou fazê-lo, solidarizando-me com o pronunciamento de V. Ex^a e aplaudindo a iniciativa que V. Ex^a teve.

O SR. RONAN TITO — Agradeço a V. Ex^a e ouço o nobre Senador Raimundo Lira, lembrando que estamos ainda usando do tempo por aquiescência e gentileza do Sr. Presidente da Mesa.

O SR. RAIMUNDO LIRA — Muito obrigado, Senador Ronan Tito. Concordo plenamente com o documento de V. Exa, e tanto é que eu o assinei. Eu queria apenas lembrar rapidamente a origem histórica do enfraquecimento do Banco do Brasil. No Banco do Brasil existia uma Superintendência chamada SUMOC — Superintendência Nacional da Moeda e do Crédito — que fiscalizava e acompanhava as atividades de toda a rede privada nacional. Nesse período nunca houve escândalo financeiro no Brasil. Com a criação do Banco Central, paradoxalmente formada na sua origem por funcionários capacitados do próprio Banco do Brasil, o Banco Central começou a crescer, a agigantar-se, e hoje representa mais os interesses da rede privada nacional do que a própria função de fiscalizar e controlar essa rede privada. Tanto é que a partir do crescimento, do gigantismo do Banco Central, verificou-se no País os maiores escândalos financeiros que acarretaram prejuízos aproximadamente somados de 3 bilhões de dólares ao longo dos últimos 10 anos. Foi o Banco Central, sem dúvida nenhuma, que orquestrou toda essa política de enfraquecimento do Banco do Brasil para que ele pudesse predominar na gestão da política, na gestão do sistema financeiro nacional. E por isso que precisamos reivindicar aqui, na Assembléia Constituinte que o Presidente do Banco Central, a exemplo de países mais avançados como nos Estados Unidos, seja aprovado pelo Senado Federal, porque ele tem que ser um homem acima de qualquer suspeita, um homem que não tenha nenhuma representação a não ser a dos próprios interesses nacionais. Muito obrigado.

O SR. RONAN TITO — Agradeço a V. Exa Sr. Presidente, pois todos os apartes enriqueceram em muito o meu modesto pronunciamento. Eu queria, no entanto, frisar alguma coisa que disse o Senador Nelson Wedekin. O Banco do Brasil é o banco que melhor renumerava a ação, que paga melhor dividendo. O Banco do Brasil é o banco que, ainda assim, remunerava melhor o seu funcionário. E o Banco é o que cobra as menores taxas, e ainda tem outra vantagem, contra aqueles privatistas entre aspas, que na realidade são aqueles que querem desnacionalizar a nossa economia: O Banco é um freio, porque mostra a competência de uma economia mista e mostra também que suas subsidiárias funcionam extraordinariamente como é o caso da Aços Especiais — ACESITA — no Estado de Minas Gerais, que é uma indústria hoje controlada pelo Banco do Brasil.

Sr. Presidente, esta sessão serviu-nos muito, serviu-nos principalmente, para verificar que não era possível que continuasse a funcionar apenas e tão-somente a Assembléia Nacional Constituinte; a Constituinte é importantíssima, é sem dúvida nenhuma o alicerce da Nação que nós queremos construir, a Nação do terceiro milênio. Mas, Sr. Presidente, o dia-a-dia também o é, se nós provássemos ao povo Brasileiro que o Congresso Nacional, que a Câmara dos Deputados pudessem ficar seis meses no ano em recesso, se isso fosse possível, que provássemos também que a Nação nem precisasse mais do Congresso Nacional. Nós precisamos, e esta sessão tem demonstrado isso. Quantos assuntos de real importância foram apresentados aqui.

Queria também ressaltar e parabenizar a iniciativa do Senador Affonso Camargo de trazer aqui o Sr. Ministro da Fazenda Dilson Funaro. E, antecipo ao Sr. Ministro duas perguntas, que quero que fiquem registradas nos Anais da Casa: Sr. Ministro, quanto se transferiu e quanto ainda se

vai transferir do setor produtivo brasileiro para a especulação nessa ciranda econômica que estamos vivendo? Segunda: Sr. Ministro, quanto tempo e quanto o País vai despende de esforço para recapitalizar o setor produtivo, já antes tão descapitalizado?

Muito obrigado. (muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro, último orador do Expediente.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB — RJ) — Pronuncio o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A impossibilidade de me transportar anteotem da Bahia para cá, por falta de passagem aérea, impediu que estivesse presente às duas primeiras sessões do Senado Federal.

Mas, em duas palavras, quero deixar consignado o meu voto e a minha estranheza pela deliberação aqui tomada pela maioria da Casa. Partidário de que todos os esforços devem ser dados à prioridade do Congresso Nacional, vejo, Sr. Presidente, que se chegou além daquilo que seria o razoável, porque, pelo que foi resolvido ontem, apenas os projetos de iniciativa do Poder Executivo, serão objetos de exame pelo Senado Federal. Ora, quem conhece, e todos nós conhecemos a história dos parlamentos do Mundo, e principalmente do Brasil, sabemos que a intervenção do Poder Executivo na iniciativa de projetos legislativos resulta de uma afirmação contrária à própria instituição parlamentar. Antigamente, só os parlamentares tinham a iniciativa de oferecer projetos, e ainda hoje, nos Estados Unidos, o Presidente da República, quando quer enviar ao Congresso um projeto, o faz por intermédio do presidente de determinada comissão ou do líder de sua bancada. Nós seguimos caminhos diferentes, durante um ano, porque a constituinte não terminará, na melhor hipótese, seus trabalhos antes do dia 15 de novembro; durante o ano o Senado será convocado, para aprovar os projetos de iniciativa do Poder Executivo, impedindo assim qualquer iniciativa legislativa do Poder Legislativo. Acredito que a solução seria um controle rigoroso, através de uma comissão de seleção, para que alguns projetos do Legislativo, que fossem mais importantes e urgentes, pudessem ter curso e não todos aqueles como antigamente.

De qualquer forma, Sr. Presidente, nesta primeira oportunidade, quero deixar consignado que, se estivesse ontem presente a esta reunião que não pude estar, teria acompanhado aqueles que se insurgiram contra esta violência praticada com a devida vénia contra o poder legiferante, daqueles que foram eleitos para fazer a lei, e não apenas para aprovar as iniciativas do Poder Executivo.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Líder Senador Carlos Chiarelli.

O SR. CARLOS CHIARELLI (PFL-RS) — Pronuncio o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Depois da opoéia de ontem, eu gostaria de fazer com que ficasse assentado nos Anais da Casa a nossa manifestação de apreço e de valorização do trabalho daquele que teve a incumbência de ser, por duas vezes, Relator de matéria sobre a Constituinte. Quer quando se incumbiu da tarefa de coordenar as propostas para que tivéssemos as normas provisórias que serviram de pré-Regimento, quer quando teve a incumbê-

cia de examinar as 1.700 emendas apostas à uma proposta original de Regimento, e quando teve de elaborar dois Substitutivos.

O espírito democrático do Relator, a sua forma de conciliar, na medida do possível, as divergências, a sua capacidade de trabalho, a sua argúcia e inteligência, tudo isso somado, foi absolutamente fundamental para que pudéssemos chegar a um Regimento que, se não é perfeito, porque não podíamos perseguir a perfeição e muito menos obtê-la, é extremamente participativo, aberto, democrático e creio eu que, sendo inovador, e às vezes até ousadamente inovador, poderá e deverá nos ensinar condições de elaborar a nova Constituição do País. Por isto, fica aqui, Sr. Presidente, o registro expresso para os Anais da Casa, da nossa homenagem à todas as lideranças partidárias que contribuíram para que chegássemos ao entendimento. E por que não dizer que as lideranças do Senado, como Constituintes, mostraram sempre ponderação, equilíbrio, bom senso e disposição na tarefa de transigir sem ir além da postura da dignidade partidária? Mas tudo isto teve o seu epicentro na atuação do Relator, o ilustre Líder e Senador Fernando Henrique Cardoso, a quem dedico esta palavra de homenagem e apreço do Partido da Frente Liberal.

E digo mais, Sr. Presidente, o nosso Partido sente-se satisfeito, como creio que todos os partidos, quando chegamos ao momento de apogeu do processo prévio à elaboração da Constituição, em fazendo o Regimento, porque vários pontos nevrálgicos e das questões básicas que defendemos, tiveram a acolhida possível e adequada no texto daquela norma que nos rege na Assembléia Nacional Constituinte.

E quando dissemos que o projeto de decisão haveria de ser um instrumento de defesa da Casa, ao vê-lo assim transcrito no Regimento, depois de um amplo acordo que ontem mereceu, praticamente, a adogação de 80% dos Constituintes, vemos que isso foi rigorosamente uma vitória do bom senso. E quando defendemos, junto com tantos outros companheiros, o funcionamento das Casas do Congresso, respeitada a prioridade da Constituinte, e vemos que estamos a laborar desde segunda-feira, sob a sua dinâmica direção, também chegarmos à conclusão de que efetivamente, defendímos uma tese adequada.

É por isto que, à luz desse critério que conclui Sr. Presidente, dá idéia do funcionamento da Casa, acho que ela já se mostra habilitada a prestar mais um serviço com relação à atualidade brasileira tão debatida aqui nesta sessão, a demais das suas competências e atribuições usuais que ela tão bem haverá de exercitar, que é a de possibilizar — creio eu que já no decurso da próxima semana — a constituição de uma Comissão especial, que foi pedida pelo ilustre vice-Presidente desta Casa, Senador José Ignácio Ferreira, que foi pedida por nós e que foi apoiada por todas as lideranças de todos os partidos, para que possamos estudar, avaliar desde a formação da dívida externa, o acompanhamento da ação governamental com vistas às negociações e à moratória e, sobretudo, o trabalho de mobilização da classe política brasileira junto aos países credores para encontrar soluções combatíveis com a nossa capacidade de continuar crescendo e pagando a nossa dívida no limite de não sacrificar a nossa possibilidade de crescimento.

Acredito que o Senado vai desincumbir-se de mais uma tarefa, de ser o canal de comunicação entre as aspirações da sociedade brasileira e a ação governamental.

Este é um testemunho a mais da importância que tinha a perspectiva defendida e consolidada de funcionamento desta Casa.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. MAURÍCIO CORRÉA — Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra, como Líder, ao nobre Senador Henrique Cardoso.

O SR. MAURÍCIO CORRÉA — Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a me concedesse a palavra, se o nobre Senador Henrique Cardoso concordar.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Maurício Corrêa, como Líder do PDT.

O SR. MAURÍCIO CORRÉA (PDT — DF) — Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Uso da palavra, neste instante, para trazer à colação aquele velho ditado latino: **Roma locuta causa finita**. O Regimento está aprovado e creio que seria dever de minha parte, como Líder de uma modesta Bancada pelo PDT, reconhecer o extraordinário trabalho, a elegância de porte, a altivez, o des cortino do Senador Fernando Henrique Cardoso na sua conduta exemplar de Relator das normas preliminares e do Regimento definitivo.

Resta-nos agora a grande missão de, dentro do Regulamento aprovado, exercermos aqui o nosso papel de representantes do povo brasileiro, sobretudo nós de Brasília, pela primeira vez defendendo esta cidade, lutando para termos uma Constituição exemplar, que seja o orgulho desta comunidade política e uma esperança para esta Nação desesperançada, para os nossos filhos e para os nossos netos. Meus sinceros parabéns ao trabalho desempenhado pelo Senador Fernando Henrique Cardoso.

Era isto que me cumpria dizer. (Muito Bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, como Líder do PMDB.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB — SP) — Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quero agradecer as referências que me foram feitas esta manhã aqui no Senado, muito especialmente pelas Lideranças dos Partidos da Frente Liberal, do PDT, do PSB e pelos meus companheiros do PMDB. Agradeço as referências, mas quero dizer que o trabalho que desempenhei só pôde ser realizado da forma como o foi pelo apoio imenso que recebi no Senado e na Câmara. E o número de pessoas que colaboraram para a feitura deste Regimento é muito maior do que se possa imaginar. Muitos são parlamentares, mas muitos são Assessores e são funcionários, especialmente do Senado, cujos nomes raramente são mencionados e não ficam registrados nas Atas.

Mas lhes posso assegurar que sem eles, durante noites e noites de trabalho, não seria possível analisar os milhares de emendas, pois são quase duas mil emendas num período muito curto. De modo que é realmente com emoção que digo aos meus companheiros o meu muito obrigado, mas estendo também as homenagens que me foram prestadas esta manhã a todos que me ajudaram nesta Casa e na Câmara dos Deputados.

Só espero que o Regimento efetivamente nos permita fazer aquilo que todos queremos: uma Constituição democrática e que faça com que o Brasil realmente prossiga no caminho das mudanças, dentro de um espírito de concórdia.

Muito obrigado a V. Ex^a (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — A Mesa associa-se às homenagens prestadas pelas Lideranças do Senado Federal ao Senador Fernando Henrique Cardoso pelo excelente trabalho que desempenhou como Relator do Regimento Interno da Assembléa Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO

Nº 8, de 1987

Nos termos do inciso I do art. 418 do Regimento Interno, requeiro a convocação de Sua Excelência o Senhor Ministro Dilson Domingos Funaro, a fim de que, perante o Plenário, preste informações sobre os motivos do insucesso do Plano Cruzado; sobre a presente negociação da dívida externa; e a influência da dívida interna no atual nível dos juros do mercado financeiro.

Sala das Sessões, 11 de março de 1987. — Affonso Camargo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — O requerimento que acaba de ser lido será publicado e incluído oportunamente em Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO

Nº 9 de 1987

Nos termos do artigo 185 do Regimento Interno, requeremos que o tempo destinado aos oradores do Expediente de sessão do Senado, à critério da Presidência, seja dedicado a homenagear o eminente homem público Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, ao ensejo do 90º aniversário, tal como o Senado já realizou quando outros insignes brasileiros (Sobral Pinto e Eugênio Gudim) atingiram àquela idade.

Sala das Sessões, 11 de março de 1987. — Nelson Carneiro — José Ignácio — Ronan Tito — Meira Filho — Nivaldo Machado — Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — De acordo com art. nº 279, item I do Regimento, o requerimento lido será objeto de deliberação após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Esta esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Estão presentes na Casa 57 Srs. Senadores. Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1984 (nº 58/84, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da

Convenção nº 87 relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical, adotado em São Francisco, em 1948, por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho (dependendo de pareceres das Comissões de Relações Exteriores, de Constituição e Justiça e de Legislação Social, a que foi distribuído).

Nos termos do disposto no art. 6º da Resolução nº 1, de 1987, designo o nobre Senador José Richa para proferir parecer sobre a matéria em seus aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de mérito. (Pausa.)

O Senador José Richa, diante da complexidade da matéria, solicitou à Presidência lhe concedesse prazo não superior a 48 horas para proferir parecer.

Tendo em vista o que dispõe o parágrafo único do art. 6º, da Resolução nº 1, de 1987, concedo a S. Ex^a o prazo solicitado de 48 horas.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Item 2:

Mensagem nº 556, de 1986, relativa à proposta para que seja autorizado o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar, temporariamente, o limite de seu endividamento, fixado pela Resolução nº 62, de 28 de outubro de 1975, do Senado Federal, a fim de que possa emitir e colocar títulos destinados ao giro de sua dívida consolidada interna intralímite mobiliário, vencível no exercício de 1987, no valor de Cz\$ 898.544.169,60 (oitocentos e noventa e oito milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, cento e sessenta e nove cruzados e sessenta centavos) (dependendo de pareceres das Comissões de Economia e de Constituição e Justiça, a que foi distribuída).

Nos termos do art. 6º da Resolução nº 1, de 1987, designo o nobre Senador Maurício Corrêa para proferir parecer sobre a Mensagem, oferecendo o respectivo projeto de resolução.

Com a palavra o nobre Senador Maurício Corrêa.

O SR. MAURÍCIO CORRÉA (PDT — DF) — Para proferir parecer) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

PARECER

Da Comissão de Economia sobre a Mensagem nº 556, de 1986 (nº 772/86 na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal proposta para que o Estado do Rio de Janeiro seja autorizado a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 898.544.169,60 (oitocentos e noventa e oito milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, cento e sessenta e nove cruzados e sessenta centavos).

Com a Mensagem nº 556/86, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal proposta para que o Estado do Rio de Janeiro seja autorizado a elevar temporariamente, os limites fixados no item III do artigo 2º da Resolução nº 62, de 28-10-75, alterado pela de nº 93, de 11-10-76 e pela Resolução nº 64, de 28-6-85, ambas desta Casa Legislativa, de modo a permitir o registro da seguinte emissão de obrigações do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro.

a) características dos títulos:

Série Prazo	JUROS			
	Taxa	Periodicidade de pagamento	Modalidade	Numeração dos Certificados
C 5 anos	13% a.a.	semestral	nominativa-endossável (NE) e ao portador (P)	010.873 a 040.000

b) cronograma de colocações e vencimentos:

Colocações	Vencimentos	Quantidades de OTRJ
Jan/87	1º-1-92	1.600.000
Fev/87	1º-2-92	1.644.964
Mar/87	1º-3-92	1.400.000
Abr/87	1º-4-92	1.400.000
Mai/87	1º-5-92	1.200.000
Jun/87	1º-6-92	1.200.000
Total de OTRJ		8.444.964

c) forma de colocação: através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20-9-79, deste Banco Central;

d) autorização legislativa: Decreto-lei nº 22, de 15-3-75.

O Banco Central do Brasil apresentou o mapa de apuração de margem de poupança real líquido do Estado do Rio de Janeiro até o exercício de 1975, conforme anexo.

Relativamente ao plano de aplicação dos recursos a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/PR) manifestou-se favorável à pretensão do Estado do Rio de Janeiro.

Ante o exposto, acolhemos a Mensagem nos termos do seguinte.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3, DE 1987

Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a elevar temporariamente, em Cz\$ 898.544.169,60 (oitocentos e noventa e oito milhões, quinhentos e quarenta mil, cento e sessenta e nove cruzados e sessenta centavos) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Rio de Janeiro autorizado a elevar temporariamente, o parâmetro do item III do art. 2º da Resolução nº 62 de 28-10-75 com as alterações da Resolução nº 93, de 11-10-76 e 64, de 21-7-85, ambas do Senado Federal, de modo a permitir o registro de uma emissão de Obrigações do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, equivalente a Cz\$ 898.544.164,60, destinado ao giro de sua dívida consolidada interna intralimite mobiliário, vencível no exercício de 1987, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

e eu, , Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1987

Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar, temporariamente, em Cz\$ 898.544.169,60 (oitocentos e noventa e oito milhões, quinhentos e quarenta mil, cento e sessenta e nove cruzados e sessenta centavos), o montante de sua dívida consolidada.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado do Rio de Janeiro autorizado a elevar, temporariamente, o parâmetro do inciso III do artigo 2º da Resolução nº 62, de 28 de outubro de 1975, modificada pelas de nºs 93, de 11 de outubro de 1976 e 64, de 21 de julho de 1985, todas do Senado Federal, de modo a permitir o registro de uma emissão de obrigações do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, equivalente a Cz\$ 898.544.169,60 (oitocentos e noventa e oito milhões, quinhentos e quarenta mil, cento e sessenta e nove cruzados e sessenta centavos), destinados ao giro de sua dívida consolidada interna, intralimite mobiliário, vencível no exercício de 1987, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) —
Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a matéria é considerada definitivamente aprovada, nos termos do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) —
As matérias constantes dos itens 3, 4, 5 da Ordem do Dia da presente sessão, nos termos da alínea h do art. 402, do Regimento Interno, deverão ser apreciadas em sessão secreta.

Solicito aos Srs. funcionários as providências necessárias, a fim de que seja respeitado o dispositivo regimental.

(A sessão transforma-se em secreta às 12 horas e 58 minutos e volta a ser pública às 13 horas e 14 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) —
Passa-se, agora à votação do Requerimento nº 9, de 1987, lido no Expediente, no qual S. Ex^o, o Senador Nelson Carneiro e outros Srs. Senadores, solicitam que o tempo destinado aos Oradores do Expediente de sessão a ser oportunamente marcada seja dedicado a homenagear o eminente homem público Barbosa Lima Sobrinho, ao ensejo do transcurso de seu nonagésimo aniversário.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) —
A Presidência informa aos Srs. Senadores que já se encontra em mesa o livro de inscrição para a sessão da próxima segunda-feira, para aqueles Srs. Senadores que desejarem falar.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) —
Há oradores inscritos.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 42, inciso VI, da Constituição,

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Wedekin.

O SR. NELSON WEDEKIN (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

É uma pena que nesta primeira vez que use a tribuna como Senador, o tenha que fazer para prestar uma homenagem póstuma, muito singela, sem dúvida, mas necessária. Trata-se da pessoa do jornalista Bento Silvério, do jornal **O Estado** e da TV Barriga-Verde, falecido repentinamente no último dia 5, quinta-feira, com a idade de 36 anos.

Foi um choque, um impacto em todos os meios de Imprensa de Santa Catarina, em todos os meios intelectuais, e para todos os seus numerosos amigos.

Bento Silvério nasceu em Florianópolis, e mais especificamente na Lagoa da Conceição, onde também residia, e de cujo local — a Lagoa — se orgulhava e fazia permanente apologia.

Era casado com a advogada Lúcia da Silva, e pai de uma menina de 6 anos, Mariana.

Bento era um destaque como jornalista, altamente respeitado, altamente conceituado. Há muitos anos que trabalhava na Imprensa — jornal e TV — mas em 1980 fez vestibular e resolveu fazer o curso de Jornalismo da UFSC, onde se formou no ano de 1983, com distinção.

Por dois anos, foi vencedor do "Prêmio Gerônimo Coelho de Jornalismo Político", instituído pela Assembléia Legislativa de Santa Catarina, e sem dúvida, a mais alta distinção na área de Jornalismo político do estado catarinense.

Antes, foi correspondente do **Correio do Povo**, tradicional jornal de Porto Alegre, da Cia. Jornalística Caldas Júnior, e foi Assessor de Imprensa da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo e da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Na atualidade, era editor de política do jornal **O Estado**, com sua coluna "Contexto", que era leitura obrigatória de todos os políticos e de todos os setores interessados nas questões importantes do Estado e do País.

Exercia, também, liderança entre seus pares jornalistas, inclusive dos outros órgãos de Imprensa de Santa Catarina, tanto que estava no exercício do cargo, do qual era titular, de Presidente do Clube dos Repórteres Políticos de Santa Catarina.

Bento Silvério era, também, homem de televisão: antes trabalhou na RBS, TV Catarinense, e agora, trabalhava na TV Barriga-Verde, onde apresentava, com muita competência, um programa de larga repercussão em Santa Catarina, o "Espaço Local".

Bento era, igualmente, um intelectual respeitado: era contista renomado, com dois livros publicados, "Entropia e Evasão" e "Último Desejo"; participou de várias coletâneas de autores catarinenses, teve contos publicados no País e no exterior.

Por suas qualidades de literato, era membro do Conselho Editorial da **Revista Literária da UFSC**.

Bento Silvério era, pois, uma personalidade rica, pela qualidade do seu texto, jornalístico ou literário, pela seriedade com que exercia sua profissão, pelo ser humano notável que sempre soube ser. Por isso, acumulou, em vida, tantas simpatias, amizades e respeito, e por isso foi tão intenso o impacto que sua morte causou no Estado de Santa Catarina.

Por isso tudo-e-mais é que faço o presente registro, para que fique nos Anais da Casa, e para

que permaneçam impressas estas poucas linhas a respeito do cidadão, do jornalista, do amigo Bento Silvério, que se foi. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Localizada a 179 quilômetros da foz do rio São Francisco — entre os Municípios de Canindé do São Francisco (Sergipe) e Piranhas (Alagoas) — e a cerca de 55 quilômetros a jusante de Paulo Afonso, no trecho final do Canyon, que inicia em Paulo Afonso, a projetada Hidrelétrica de Xingó vem sendo objeto de estudos e análises desde a década de 50, quando se desenvolveram os trabalhos de implantação da primeira Usina Hidrelétrica, em Paulo Afonso (PA-I).

Depois da construção de sucessivas Usinas em Paulo Afonso (PA-II, III, IV e Moxotó), da Usina Hidrelétrica e Reservatório de Sobradinho; que garantiu vasão mínima para os períodos de estiagem e do início da Usina Itaparica, é que a UHE Xingó será, finalmente, construída.

Apesar do atraso verificado no concernente à construção dessas duas últimas Usinas — menos por culpa do Ministério das Minas e Energia, do que pela escassez de recursos disponíveis, responsável pela precariedade orçamentária e postergação das obras imprescindíveis, o Ministro Aureliano Chaves lutou, com tenacidade e logrou, felizmente, superar os obstáculos antepostos à concretização desses dois magnos empreendimentos, dos quais dependem a segurança energética, e as perspectivas de desenvolvimento industrial do Nordeste.

A propósito, desejo manifestar a satisfação e a confiança dos nordestinos, em face do auspicioso acontecimento ocorrido segunda-feira passada, dia 9 de março, quando, finalmente, foi assinado pelo Ministro Aureliano Chaves o contrato para a construção da Usina Hidrelétrica do Xingó, que será, com toda a certeza, não somente a maior do Nordeste como a mais importante realização do Governo do Presidente José Sarney, estimada em US\$ 17 bilhões de dólares.

Muito contribuiram para que o Ministério das Minas e Energia resolvesse acelerar o processo de construção da Usina Xingó, os fatores decisivos consubstanciados nas sombrias consequências de um longo racionamento de energia elétrica, na região nordestina, acoplado a um período hidrológico crítico, em virtude da calamidade climática de uma nova e prolongada estiagem, além do excessivo crescimento do mercado consumidor, em proporções que ultrapassaram todas as expectativas.

O Presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco — CHESF, José Carlos Aleluia Costa acentuou, recentemente, a necessidade de que o Nordeste se une em torno da construção de Xingó, advertindo ser indispensável a entrada em operação da primeira unidade em 1993.

Uma das características altamente favoráveis da UHE Xingó é o seu reservatório inteiramente encaixado no Canyon, inundando, portanto, áreas desabitadas e sem exploração agrícola, ao contrário do que geralmente acontece com as nossas principais hidrelétricas, como, por exemplo, a de Itaparica.

As características vantajosas do local permitirão que o aproveitamento tenha um baixo custo de

implantação (536 US\$/kW), com relação custo/benefício de 12,84 milésimos de dólar por kWh.

A UHE Xingó tem seu início de geração programado para o ano de 1982 e a sexta e última unidade da primeira etapa deverá operar em 1994.

A casa de força para 6 unidades de 502.200 kW de potência unitária será construída com a possibilidade de expansão para mais 4 unidades, a serem instaladas numa segunda etapa de construção. Além disso, o arranjo físico adotado permite antever a possibilidade de outras expansões, no futuro, para instalação de unidades de ponta.

Tudo indica que, a partir da assinatura do contrato para construção da UHE XINGÓ, terá sido iniciada a escalada decisiva, no roteiro da concretização desse magno empreendimento.

A solenidade realizada na última segunda-feira, 9 de março, levada a efeito é, portanto, uma data digna de registro.

Na ocasião falaram o Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, o Presidente da CHESF, José Carlos Aleluia e o Presidente da Empresa Mendes Junior, que examinaram os aspectos mais importantes da UHE XINGÓ.

Convidado que fui, compareci à solenidade da assinatura do Contrato para construção da UHE XINGÓ — a respeito do qual formulei diversos pronunciamentos no Senado Federal.

Prestigiam, também, a cerimônia realizada no Ministério das Minas e Energia, os Ministros Ronaldo Costa Couto, do Interior; Vicente Fialho, da Irrigação e Aluizio Alves, da Secretaria de Administração da Presidência da República. O Governador João Alves Filho, de Sergipe, fez-se representar pelo Dr. Benedito Figueiredo, Vice-Governador eleito de Sergipe.

São estas as breves considerações que me pareceram oportunas, à margem dessa auspiciosa iniciativa do Governo do Presidente José Sarney, através do Ministério das Minas e Energia, motivo de regozijo para todos os nordestinos, que felicitam e aplaudem, por meu intermédio, o Chefe da Nação e o Ministro Aureliano Chaves.

Finalizando, desejo enfatizar a alegria e as esperanças de todo o povo sergipano no momento em que tem início a escalada para a construção da UHE XINGÓ, a qual contribuirá, a curto prazo, para fortalecer, ampliar e garantir a irreversibilidade da industrialização de Sergipe, propiciando a instalação de múltiplos pólos irradiadores de produção, geração de emprego e desenvolvimento econômico-social no território sergipano.

A UHE XINGÓ em virtude de sua essencialidade como fator de suprimento energético, tem a importância adicional de garantir condições de desenvolvimento e bem-estar para Sergipe durante as décadas vindouras.

Sergipe será sempre reconhecido ao eminente Presidente José Sarney pelo seu integral apoio a esse grande empreendimento, bem como ao Ministro Aureliano Chaves que na área de competência envidou todos os esforços no sentido da concretização, dentro de três anos, da Usina Hidrelétrica de Xingó.

Não me é lícito omitir, igualmente, a contribuição do ilustre Governador João Alves Filho pelo esforço que desenvolveu para materialização das obras desse empreendimento.

No que me diz respeito, como representante de Sergipe, dei a minha participação da tribuna do Senado, nos discursos que proferi em 15 de maio de 1972, 6 de março de 1974, 19 de junho

de 1974, e 23 de setembro de 1986, sempre atento a esse desafio, em benefício do Nordeste e do Brasil. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária, a realizar-se segunda-feira, a seguinte

ORDEM DO DIA

(Mensagem nº 591, de 1986)

Entra aqui a Ordem do Dia da sessão ordinária do próximo dia 16-3-87, a ser encaminhada pela Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 13 horas e 15 minutos.)